

4ºTri2016

Gerenciamento de Riscos Pilar III



SUMÁRIO

1	Objetivo	5
2	A Instituição	5
2.1	Estrutura Organizacional.....	6
3	Políticas de Gestão de Riscos	7
4	Risco de Crédito	9
4.1	Modelos de Avaliação do Risco de Clientes.....	13
4.2	Classificação de Risco das Operações de Crédito e Provisões para Devedores Duvidosos	13
4.3	Risco de Crédito de Contraparte – Instituições financeiras	14
5	Risco Operacional.....	16
6	Risco de Mercado	18
6.1	Carteira de Negociação e Carteira Bancária.....	20
6.2	Derivativos	23
6.3	Operações com Ativos Financeiros.....	24
7	Risco de Liquidez	24
8	Gerenciamento de Capital	26
8.1	Limites Operacionais – Acordo de Basileia.....	28
8.2	Patrimônio de Referência (PR)	29
8.3	Requerimentos Mínimos de Capital.....	29
9	Razão de Alavancagem	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura de Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos	6
Tabela 2 – Total das Exposições ao Risco de Crédito e Valor Médio	10
Tabela 3 – Maiores Exposições em Relação ao Total das Operações com Característica de Concessão de Crédito	10
Tabela 4 – Exposição ao Risco de Crédito por Região Geográfica - 31/12/2016	10
Tabela 5 – Exposição ao Risco de Crédito por Região Geográfica - 30/09/2016	10
Tabela 6 – Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico	11
Tabela 7 – Exposição ao Risco de Crédito por Prazo a Decorrer	11
Tabela 8 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Setor Econômico	11
Tabela 9 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Unidade da Federação	11
Tabela 10 – Operações de Crédito Baixadas Para Prejuízo no Trimestre	12
Tabela 11 – Montante de Provisões Para Perdas, por Setor Econômico.....	12
Tabela 12 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 31/12/2016	14
Tabela 13 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 30/09/2016	14
Tabela 14 – Valor Nocial dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte.....	14
Tabela 15 – Valor Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte	15
Tabela 16 – Valor das Garantias de Operações Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte	15
Tabela 17 – Valor das Garantias.....	16

Tabela 18 - Exposição global ao risco de crédito de contraparte.....	16
Tabela 19 – Carteira de Negociação – 31/12/2016.....	21
Tabela 20 – Carteira de Negociação – 30/09/2016.....	21
Tabela 21 - Impacto no saldo da Carteira Bancária decorrentes de choques nas taxas de juros.....	23
Tabela 22 - Operações de Derivativos Realizados no Brasil por Conta Própria sem Contraparte Central.....	23
Tabela 23 – Cronograma de Implantação dos Requerimentos Mínimos de Capital	29
Tabela 24 – Requerimentos Mínimos de Capital	31
Tabela 25 – Apuração do Adicional de Capital Principal	31
Tabela 26 – Parcela RWACPAD Segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR)	32
Tabela 27 - Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem	33
Tabela 28 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem	34

1 Objetivo

O presente relatório visa a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do Patrimônio de Referência (PR), em atendimento ao que preceitua a Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil (BACEN), emitida em 31/10/2013 e está em consonância com o Pilar 3 de Basiléia II.

2 A Instituição

O Banco do Nordeste é um banco de desenvolvimento regional, com atuação focada na região Nordeste do Brasil, mas também atende o norte de Minas Gerais e o estado do Espírito Santo. Oferece um portfólio abrangente de produtos e serviços a indivíduos e empresas, assim como ao governo nos níveis federal, estadual e municipal. O Banco do Nordeste é controlado pelo governo brasileiro e atua como agente na implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Como parte da estratégia do governo para impulsionar o desenvolvimento da região, oferece financiamentos com encargos diferenciados para empreendedores de todos os portes. Suas operações estão centradas nos setores produtivos, principalmente por meio de financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e de operações de mercados de capitais. Compete ao Banco exercer as atribuições que lhe forem conferidas em lei, especialmente aquelas previstas no Decreto-Lei nº. 1.376, de 12.12.1974 e na Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

O Banco do Nordeste, além de exercer o papel de agente financeiro, atua também gerindo fundos e programas do governo brasileiro, incluindo o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste). Atua como agente de crédito do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e como agente operador do FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste).

Os principais produtos e serviços do Banco são:

- Programas para financiamentos e empréstimos às micro, pequenas, médias e grandes empresas das áreas rural, comercial, industrial, de infraestrutura e agronegócios, e para pessoas físicas nas áreas rural e comercial;
- Gestão de portfólio e análise de crédito para fundos e programas do governo;

- Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos a vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
- Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazo como debêntures, notas promissórias, CRI, FIDCS, entre outros;
- Gestão de carteiras, consistindo na gestão de ativos de terceiros para pequenos, médios e grandes investidores.

2.1 Estrutura Organizacional

A estrutura de gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto as suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

As células de gestão dos riscos de crédito, operacional e de mercado e liquidez são subordinadas ao Ambiente de Gestão de Riscos e têm como atribuição gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

As responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Estrutura de Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos

Unidade	Responsabilidades Básicas
Conselho de Administração	Aprovar políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos
Diretoria Executiva	Definir políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos e submetê-las ao Conselho de Administração
	Aprovar limites operacionais
	Aprovar metodologias de gestão
Diretoria de Controle e Risco	Coordenar a implementação das políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos
	Monitorar o desempenho das unidades gestoras de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos

Comitê de Gestão de Riscos	Apreciar e encaminhar a instâncias superiores matérias relacionadas à gestão de riscos
Comitê de Segurança Corporativa (COSEG)	Apreciar os aspectos relacionados com os segmentos de segurança da informação, segurança bancária, segurança em pessoas e do trabalho. Compete, ainda, ao COSEG, apreciar acerca dos casos suspeitos de indícios de lavagem de dinheiro, previstos na lei 9.613/98
Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos	Assessorar o Comitê de Gestão de Riscos com propostas e informações relacionadas à gestão de riscos e ao Sistema de Controles Internos do Banco.
Superintendência de Controles Internos, Segurança Corporativa e Gestão de Riscos	Coordenar a gestão operacional dos controles internos, da segurança corporativa e dos riscos, e monitorar os seus resultados
Ambiente de Gestão de Riscos	Gerenciar em nível institucional os riscos de crédito, operacional, mercado e liquidez
	Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, operacional, mercado e liquidez
	Promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco
Ambiente de Controles Internos	Gerenciar em nível institucional os controles internos
	Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de controles internos
	Promover a disseminação da cultura de controles internos no Banco
Ambiente de Segurança Corporativa	Gerenciar em nível institucional a segurança corporativa
	Propor a definição em metodologias e modelos de gestão de segurança corporativa
	Promover a disseminação da cultura de segurança corporativa no Banco
Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional	Gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram e respectivos controles internos, de acordo com as metodologias e modelos definidos

3 Políticas de Gestão de Riscos

As políticas de gerenciamento de riscos destinam-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, por meio do estabelecimento de regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A sistematização da gestão de riscos fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual.

De maneira global, o gerenciamento dos riscos no Banco do Nordeste observa um conjunto de estratégias articuladas, destacando-se:

- Compatibilizar as decisões e atividades com a legislação vigente;
- Assegurar acesso às informações aos acionistas, órgãos reguladores e fiscalizadores e representantes da sociedade;
- Adotar decisões colegiadas;
- Adotar como parâmetro para definição de limite de exposição a risco, a parcela mínima do Patrimônio de Referência definida pelo CMN;
- Compatibilizar as operações ativas de crédito ou de tesouraria com as captações de recursos, especialmente quanto a indexadores, volume de recursos, prazos, encargos, finalidades, garantias e público-alvo;
- Adotar procedimentos visando a desconcentração de recursos nas diversas formas de operação;
- Buscar, sempre que possível, o compartilhamento dos riscos;
- Instituir mecanismos de contingência para os processos críticos;
- Garantir a integridade e consistência das informações geradas pelos processos de gestão de riscos, a partir da utilização de ferramentas automatizadas e de bases de dados consolidadas.

4 Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das obrigações financeiras nos termos pactuados, relacionadas à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito é exercida com o objetivo primordial de imprimir maior segurança ao processo de concessão de crédito, utilizando instrumentos que permitam a identificação, a mitigação, o controle, a mensuração e o monitoramento dos riscos. Para tanto, o Banco adota um modelo de gestão que engloba os seguintes elementos:

- Modelos de avaliação de riscos de acordo com o tipo de pessoa e tempo de relacionamento;
- Modelo de classificação de risco das propostas e operações de crédito em conformidade com a Resolução 2.682;
- Processo decisório amparado em Comitês, desde os de agência até a Diretoria;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos;
- Comitê de Gestão de Riscos;
- Célula específica para realizar a gestão do risco de crédito, subordinada ao Ambiente de Gestão de Riscos.

Em atendimento ao art. 7º da Circular 3.678, de 2013, apresentam-se a seguir as informações relativas às exposições a risco de crédito do BNB, segmentadas conforme preceitua a Circular 3.644, de 04/03/2013.

Tabela 2 – Total das Exposições ao Risco de Crédito e Valor Médio

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	R\$ mil					
	30.09.2016		31.12.2016		(%)/Variação Trimestral	
	Exposição	Média no Trimestre	Exposição	Média no Trimestre	Exposição	Média no Trimestre
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	5.601.087	5.637.366	5.730.062	5.635.397	2,3%	0,0%
. Crédito Pessoa Física Não Rural	3.164.690	3.208.417	3.272.526	3.124.536	3,4%	-2,6%
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	126.886	126.615	129.307	128.195	1,9%	1,2%
. Consignado	140.633	142.699	135.879	136.385	-3,4%	-4,4%
. Imobiliário	170	170	170	170	0,0%	0,0%
. Importação e Exportação	28.799	28.640	25.230	27.280	-12,4%	-4,7%
. Veículos e Arrendamento Mercantil	7.006	7.355	5.932	6.290	-15,3%	-14,5%
. Outros	2.861.196	2.902.938	2.976.008	2.826.216	4,0%	-2,6%
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	23.923.842	24.098.383	23.991.595	23.801.528	0,3%	-1,2%
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	3.074.572	3.096.332	3.182.925	3.122.325	3,5%	0,8%
. Investimento	19.464.819	19.617.249	19.343.936	19.258.862	-0,6%	-1,8%
. Importação e Exportação	354.233	346.755	414.036	369.508	16,9%	6,6%
. Outros	1.030.218	1.038.047	1.050.698	1.050.833	2,0%	1,2%
Valor Total das Exposições:	32.689.619	32.944.166	32.994.183	32.561.461	0,9%	-1,2%

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 3 – Maiores Exposições em Relação ao Total das Operações com Característica de Concessão de Crédito

Participação no Total das Exposições	30.09.2016	31.12.2016
(%) Dez Maiores Clientes:	11,48%	11,66%
(%) Cem Maiores Clientes:	37,34%	37,27%

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 4 – Exposição ao Risco de Crédito por Região Geográfica – 31/12/2016

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	OUTROS	TOTAL
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	134.989	1.720.678	444.368	112.689	1.131.466	639.593	171.396	368.407	641.410	151.955	213.111	0	5.730.062
. Crédito Pessoa Física Não Rural	170.040	452.704	944.391	12.047	316.914	151.308	260.408	268.980	354.132	201.185	140.298	119	3.272.526
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	5.258	21.288	37.026	1.131	10.693	6.213	6.574	15.373	7.787	10.104	7.792	68	129.307
. Consignado	6.471	19.921	45.308	780	11.665	7.011	8.598	11.863	9.764	6.886	7.563	49	135.879
. Imobiliário	0	0	170	0	0	0	0	0	0	0	0	0	170
. Importação e Exportação	0	25.230	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25.230
. Veículos e Arrendamento Mercantil	105	808	844	0	860	208	702	637	1.081	339	348	0	5.932
. Outros	158.206	385.457	861.043	10.136	293.696	137.876	244.534	241.107	335.500	183.856	124.595	2	2.976.008
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	881.884	4.980.728	4.123.599	381.016	2.061.758	900.326	1.246.822	3.958.421	1.398.212	1.823.025	1.075.864	1.159.940	23.991.595
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	130.210	551.063	726.458	65.889	254.529	121.456	273.877	446.121	155.022	246.126	143.175	68.999	3.182.925
. Importação e Exportação	15.823	54.986	117.189	57.297	133.926	14.351	0	16.787	3.677	0	0	0	414.036
. Investimento	727.037	3.990.778	3.049.159	255.663	1.608.842	763.914	938.876	3.465.640	1.236.816	1.576.124	928.639	802.448	19.343.936
. Outros	8.814	383.901	230.793	2.167	64.461	605	34.069	29.873	2.697	775	4.050	288.493	1.050.698
Valor Total das Exposições:	1.186.913	7.154.110	5.512.358	505.752	3.510.138	1.691.227	1.678.626	4.595.808	2.393.754	2.176.165	1.429.273	1.160.059	32.994.183

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 5 – Exposição ao Risco de Crédito por Região Geográfica – 30/09/2016

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	OUTROS	TOTAL
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	135.645	1.639.499	456.970	109.166	1.083.104	630.346	166.400	372.491	627.598	155.115	224.753	0	5.601.087
. Crédito Pessoa Física Não Rural	163.489	437.450	912.071	12.729	304.188	147.783	252.540	267.650	336.539	188.148	141.869	235	3.164.691
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	5.297	20.752	36.522	1.003	10.274	6.167	6.592	15.219	7.571	9.630	7.686	173	126.886
. Consignado	6.631	20.664	47.141	843	11.561	7.103	8.817	12.667	10.059	7.115	7.973	59	140.633
. Imobiliário	0	0	170	0	0	0	0	0	0	0	0	0	170
. Importação e Exportação	0	28.799	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28.799
. Veículos e Arrendamento Mercantil	149	945	996	0	1.014	248	828	763	1.162	482	420	0	7.007
. Outros	151.412	366.290	827.242	10.883	281.339	134.265	236.303	239.001	317.747	170.921	125.790	3	2.861.196
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	873.805	4.733.326	4.147.482	397.028	2.075.977	848.645	1.258.950	4.003.075	1.424.250	1.895.590	1.066.138	1.199.575	23.923.841
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	124.494	522.448	703.082	62.583	245.863	121.804	256.797	442.433	150.401	227.165	136.621	80.881	3.074.572
. Importação e Exportação	14.998	45.107	95.856	51.900	108.989	10.336	2.486	16.737	7.824	0	0	0	354.233
. Investimento	724.810	3.793.242	3.115.921	280.560	1.655.515	716.027	963.110	3.512.705	1.263.345	1.668.065	925.099	846.420	19.464.819
. Outros	9.503	372.529	232.623	1.985	65.610	478	36.557	31.200	2.680	360	4.418	272.274	1.030.217
Valor Total das Exposições:	1.172.939	6.810.275	5.516.523	518.923	3.463.269	1.626.774	1.677.890	4.643.216	2.388.387	2.238.853	1.432.760	1.199.810	32.689.619

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 6 – Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	30.09.2016			31.12.2016			Variação (%)
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	0	5.601.087	5.601.087	0	5.730.062	5.730.062	2,3%
. Crédito Pessoa Física Não Rural	0	3.164.690	3.164.690	0	3.272.526	3.272.526	3,4%
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	0	126.886	126.886	0	129.307	129.307	1,9%
. Consignado	0	140.633	140.633	0	135.879	135.879	(3,4%)
. Imobiliário	0	170	170	0	170	170	0,0%
. Importação e Exportação	0	28.799	28.799	0	25.230	25.230	(12,4%)
. Veículos e Arrendamento Mercantil	0	7.006	7.006	0	5.932	5.932	(15,3%)
. Outros	0	2.861.196	2.861.196	0	2.976.008	2.976.008	4,0%
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	1.634.253	22.289.589	23.923.842	1.621.326	22.370.269	23.991.595	0,3%
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	0	3.074.572	3.074.572	0	3.182.925	3.182.925	3,5%
. Importação e Exportação	0	354.233	354.233	0	414.036	414.036	16,9%
. Investimento	1.087.898	18.376.921	19.464.819	1.061.117	18.282.819	19.343.936	(0,6%)
. Outros	546.355	483.863	1.030.218	560.209	490.489	1.050.698	2,0%
Valor Total das Exposições:	1.634.253	31.055.366	32.689.619	1.621.326	31.372.857	32.994.183	0,9%

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 7 – Exposição ao Risco de Crédito por Prazo a Decorrer

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	30.09.2016				31.12.2016				Total	
	Até 6 Meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 Anos	Até 6 Meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 Anos		
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	400.905	682.927	1.196.610	3.258.575	5.539.017	497.700	800.327	1.220.346	3.178.400	5.696.773
. Crédito Pessoa Física Não Rural	2.276.235	517.799	331.211	6.823	3.132.068	2.347.588	563.946	328.253	10.578	3.250.365
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	23.161	21.240	74.059	1.135	119.595	23.759	24.402	74.120	2.118	124.399
. Consignado	2.746	6.733	127.011	4.122	140.612	2.439	7.557	118.913	6.906	135.815
. Imobiliário	0	0	0	170	170	0	0	0	170	170
. Importação e Exportação	23.777	5.022	0	0	28.799	5.105	20.124	0	0	25.229
. Veículos e Arrendamento Mercantil	67	387	6.552	0	7.006	73	347	5.495	17	5.932
. Outros	2.226.484	484.417	123.589	1.396	2.835.886	2.316.212	511.516	129.725	1.367	2.958.820
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	612.770	647.403	6.150.066	16.144.612	23.554.851	651.349	790.077	6.151.993	16.088.346	23.681.765
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	288.820	488.559	2.237.551	42.560	3.057.490	256.159	566.307	2.293.711	46.117	3.162.294
. Importação e Exportação	263.828	68.939	0	4.332	337.099	271.849	142.187	0	0	414.036
. Investimento	54.492	79.393	3.851.775	15.416.784	19.402.444	111.467	80.638	3.803.866	15.347.269	19.343.240
. Outros	5.630	10.512	60.740	680.936	757.818	11.874	945	54.416	694.960	762.195
Valor Total das Exposições:	3.544.132	1.721.267	7.994.152	19.753.623	32.225.936	3.496.637	2.154.350	7.700.592	19.277.324	32.628.903

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 8 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Setor Econômico

Atraso por Setor Econômico	30.09.2016						31.12.2016						Total
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
PÚBLICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
PRIVADO	1.217.549	525.377	937.120	1.047.730	4.428.468	8.156.244	852.348	284.759	854.514	1.159.574	4.520.887	7.672.082	
Comércio	301.010	84.817	152.213	206.273	271.015	1.015.328	164.823	57.799	182.041	206.043	289.163	899.869	
Comércio Exterior	762	0	1.198	0	1	1.961	0	0	0	0	0	0	
Habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Indústria	214.262	133.954	147.022	215.438	742.652	1.453.328	235.993	57.880	218.736	209.276	749.289	1.471.174	
Infraestrutura	0	0	125.093	0	0	125.093	0	0	0	127.028	0	127.028	
Intermediários Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Microfinança Urbana	60.305	13.064	20.341	27.289	29	121.028	38.838	11.291	23.479	32.065	180	105.853	
Pessoas Físicas	4.857	2.047	4.691	7.482	79	19.156	3.011	987	4.325	7.447	86	15.856	
Rural	237.059	155.709	345.863	439.024	2.772.176	3.949.831	249.752	115.040	289.913	401.716	2.919.016	3.975.437	
Outros Serviços	399.294	135.786	140.699	152.224	642.516	1.470.519	159.931	41.762	136.020	175.999	563.153	1.076.865	
Saldo Total em Atraso:	1.217.549	525.377	937.120	1.047.730	4.428.468	8.156.244	852.348	284.759	854.514	1.159.574	4.520.887	7.672.082	

Os saldos em atraso se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 9 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Região Geográfica

Atraso por Região Geográfica	30.09.2016					31.12.2016					Total	
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
AL	42.462	12.092	15.571	21.882	130.719	222.726	21.379	14.982	18.864	22.476	130.188	207.889
BA	240.369	60.145	169.022	261.249	713.326	1.444.111	121.256	36.323	135.741	274.344	718.331	1.285.995
CE	215.259	64.104	259.274	237.474	1.160.197	1.936.308	223.031	58.899	164.168	325.598	1.129.664	1.901.360
ES	10.506	54.472	10.071	25.424	24.855	125.328	21.287	2.338	61.888	12.783	23.700	121.996
MA	117.501	40.601	97.728	119.350	611.376	986.556	105.227	41.860	95.972	100.860	654.102	998.021
MG	65.112	17.658	47.144	88.303	250.827	469.044	58.182	21.930	57.088	57.903	280.829	475.932
PB	53.822	14.838	36.694	32.781	113.366	251.501	31.623	10.472	29.153	36.826	116.056	224.130
PE	256.333	120.890	100.155	115.269	664.151	1.256.798	137.018	33.008	131.308	142.765	676.565	1.120.664
PI	88.364	90.745	82.535	57.143	223.977	542.764	47.456	25.766	80.731	64.507	238.351	456.811
RN	64.663	26.037	39.184	64.619	171.626	366.129	45.715	14.571	48.318	62.282	182.265	353.151
SE	59.556	12.745	44.302	24.161	364.045	504.809	33.103	21.323	21.738	43.723	370.836	490.723
OUTROS	3.602	11.050	35.440	75	3	50.170	7.071	3.287	9.545	15.507	0	35.410
Saldo Total em Atraso:	1.217.549	525.377	937.120	1.047.730	4.428.468	8.156.244	852.348	284.759	854.514	1.159.574	4.520.887	7.672.082

Os saldos em atraso se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Do total do saldo em atraso de R\$ 7.672.082 mil (R\$ 8.156.244 mil em 30.09.2016), R\$ 2.766.351 mil (R\$ 2.944.322 mil em 30.09.2016) se referem a valores cujo risco é assumido pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), visto que, para parte das operações com recursos deste fundo, há o compartilhamento do risco de crédito entre o FNE e o BNB. Sendo assim, há risco para o BNB somente sobre o valor de R\$ 4.905.731 mil (R\$ 5.211.922 mil em 30.09.2016).

Tabela 10 – Operações de Crédito Baixadas Para Prejuízo no Trimestre

Prejuízos por Setor Econômico	R\$ mil	
	30.09.2016	31.12.2016
PÚBLICO	0	0
PRIVADO	192.811	320.319
Comércio	58.272	59.644
Comércio Exterior	0	0
Habitação	0	0
Indústria	-1.302	69.592
Infraestrutura	0	0
Intermediários Financeiros	0	0
Microfinança Urbana	7.311	11.357
Pessoas Físicas	3.725	3.679
Rural	63.927	95.249
Outros Serviços	60.878	80.798
Total	192.811	320.319

Os valores baixados para prejuízo se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 11 – Montante de Provisões Para Perdas, por Setor Econômico

Setor Econômico	R\$ Mil			
	Provisões Dez/2016	Despesas Out- Dez/2016	Reversões Out- Dez/2016	Varição Out- Dez/2016
Administração Direta	0	0	0	0
Administração Indireta	0	0	0	0
Comércio	579.689	147.899	-61.066	86.833
Comércio Exterior	169.123	8.148	-3.165	4.983
Habitação	400	248	-157	91
Indústria	1.200.134	254.654	-76.021	178.633
Infraestrutura	118.482	35.328	-2.364	32.965
Intermediários Financeiros	37	30	-72	-41
Microfinança Urbana	63.092	37.248	-20.000	17.247
Outros Serviços	918.891	209.367	-150.995	58.372
Pessoas Físicas	4.177	2.414	-1.066	1.348
Rural	1.606.980	246.688	-161.368	85.320
Total	4.661.005	942.024	-476.274	465.750

4.1 Modelos de Avaliação do Risco de Clientes

O Banco adota dois modelos de avaliação de risco: um Modelo Especialista e um Modelo Fundamentalista. O primeiro considera apenas fatores objetivos, enquanto o segundo considera também aspectos subjetivos. Ambos utilizam os fatores de risco conhecidos mundialmente como “C’s do crédito” – caráter, capacidade empresarial, condições da atividade, capital e colateral (garantia).

A pontuação obtida na avaliação de risco do cliente, combinada com as informações sobre patrimônio, receitas e endividamento externo, determina o valor do limite de risco a ser concedido. A pontuação também define a escolha das garantias que lastrearão as operações de crédito realizadas, bem como a relação mínima “garantia real/crédito concedido” a ser aplicada aos negócios firmados, em função da adequação, suficiência e grau de liquidez da garantia oferecida.

4.2 Classificação de Risco das Operações de Crédito e Provisões para Devedores Duvidosos

A classificação de risco das operações de crédito e as regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa têm amparo na Resolução 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A classificação obedece a uma ordem crescente de risco, de AA até H, e sua definição é fundamentada em parâmetros consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, considerando os diversos aspectos relacionados ao devedor, aos garantidores e às operações de crédito.

Mensalmente, as operações de crédito vigentes têm sua classificação de risco revista, para fins do gerenciamento do risco de crédito e para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Para efeito de gerenciamento do risco de crédito é realizada a estratificação da carteira de crédito por faixas de valores, por segmento econômico, por níveis de *rating*, por região geográfica e por situação quanto à adimplência. A partir da disposição dos ativos, são elaboradas informações sobre perspectivas de perdas dadas a inadimplência, sobre os níveis de estabilidade e de mobilidade da carteira de crédito em função da variação do risco de crédito e dos impactos de provisão previstos para cada situação.

A avaliação por carteiras permite ao Banco identificar as concentrações de risco em seu portfólio de produtos e clientes, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

Expõe-se a seguir o valor total mitigado pelos instrumentos definidos no § 3º do art. 36 da Circular nº 3.644, segmentado por tipo de mitigador e por seu respectivo fator de ponderação de risco (FPR).

Tabela 12 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 31/12/2016

R\$ mil

Fatores de Ponderação de Exposições	Garantia do Tesouro Nacional	Depósitos à vista e a prazo, de poupança e ouro	Títulos Públicos Federais	Garantia do FGPC	Fundos e Outros Mecanismos Governamentais	Fiança Bancária	Garantia FPE/FPM	Total Mitigado
. 50%	0	969.637	9.314.932	0	0	0	0	10.284.569
. 75%	0	0	1.796.469	17.017	43.873	356	0	1.857.715
. 85%	859.085	0	0	0	0	1.736.486	70.296	2.665.867
. 100%	174.461	0	0	0	0	3.333.733	158.594	3.666.788
Valor Total Mitigado	1.033.546	969.637	11.111.401	17.017	43.873	5.070.575	228.890	18.474.939

Tabela 13 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 30/09/2016

R\$ mil

Fatores de Ponderação de Exposições	Garantia do Tesouro Nacional	Depósitos à vista e a prazo, de poupança e ouro	Títulos Públicos Federais	Garantia do FGPC	Fundos e Outros Mecanismos Governamentais	Fiança Bancária	Garantia FPE/FPM	Total Mitigado
. 50%	0	898.280	7.963.571	0	0	0	0	8.861.851
. 75%	0	0	1.791.199	17.017	43.899	544	0	1.852.659
. 85%	303.347	0	0	0	0	1.325.332	75.830	1.704.509
. 100%	709.633	0	0	0	0	4.048.284	171.578	4.929.495
Valor Total Mitigado	1.012.980	898.280	9.754.770	17.017	43.899	5.374.160	247.408	17.348.514

4.3 Risco de Crédito de Contraparte

A seguir expõem-se o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas:

Tabela 14 – Valor Nocional dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

Posição: 31/12/2016

R\$ mil

CONTRATOS	ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE	SEM ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE	
		Com Garantia	Sem Garantia
Derivativos (valor nocional)	0	578.615	0
Operações Compromissadas Ativas	0	9.239.976	0
Operações a liquidar	0	0	0
Empréstimos de ativos	0	0	0

- Valor positivo bruto dos respectivos contratos, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação definidos na Resolução nº 3.263, de 24/02/2005:

Tabela 15 – Valor Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

Posição: 31/12/2016

R\$ mil

CONTRATOS	VALOR POSITIVO BRUTO
Derivativos	403.488
Operações Compromissadas Ativas	9.314.933
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

- Valor positivo bruto das garantias reais (colaterais) recebidas em operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte:

Tabela 16 – Valor das Garantias de Operações Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte

Posição: 31/12/2016

R\$ mil

CONTRATOS	VALOR DAS GARANTIAS
Derivativos	394.096
Operações Compromissadas Ativas	9.314.933
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

Os valores positivos relativos a acordos para compensação e liquidação de obrigações, conforme definidos na Resolução 3.263, de 2005, são nulos no Banco. O BNB não possui valores referentes a esse tipo de acordo.

- Valor das garantias que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:
 - i. sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
 - ii. tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
 - iii. estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
 - iv. estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Tabela 17 – Valor das Garantias

Posição: 31/12/2016

R\$ mil

CONTRATOS	VALOR DAS GARANTIAS
Derivativos	394.096
Operações Compromissadas Ativas	9.314.933
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

- Exposição global ao risco de crédito de contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e do valor das garantias definidos nos incisos V e VI do art. 9º, da Circular 3.678, de 2013:

Tabela 18 – Exposição global

Posição: 31/12/2016

R\$ mil

CONTRATOS	EXPOSIÇÃO GLOBAL LÍQUIDA
Derivativos	9.392
Operações Compromissadas Ativas	0
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

- O percentual das exposições coberto pelo valor nominal dos *hedges* efetuados por meio de derivativos de crédito manteve-se nulo.
- O valor nominal das operações com derivativos de crédito segregado por tipo de operação, conforme a Circular nº 3.106, de 2002, também é nulo.

5 Risco Operacional

A Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou ações inadequadas de pessoas, sistemas e processos ou de eventos externos, incluindo, ainda, os riscos relacionados a questões legais.

No Banco do Nordeste do Brasil, a gestão do risco operacional ocorre por meio da atuação da estrutura unificada de gerenciamento de riscos da Instituição, a qual perpassa por todas as unidades gestoras de processos, pelo Ambiente de Gestão de Riscos e pela alta gestão da Instituição. Esta atuação envolve, dentre outras atividades:

- A identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais por meio da Autoavaliação de Riscos e Controles nos processos de negócios e de suporte da instituição;
- A documentação, armazenamento e qualificação das perdas operacionais ocorridas nos processos de responsabilidade das unidades gestoras de processos da Instituição, conforme determina a Resolução CMN nº 3.380;
- O cálculo da alocação de capital para o Risco Operacional (RWAopad), conforme determina a Circular BACEN nº 3.640, de 04 de março de 2013;
- O acompanhamento e a consolidação das informações acerca das ações mitigadoras de risco.

No que concerne ao atendimento às determinações das resoluções nº 3.380 e nº 2.554, do CMN, as quais preveem, respectivamente, que a estrutura de gerenciamento do risco operacional deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional e que os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações por ela realizadas, a Instituição aplica pesquisa de Autoavaliação de Riscos e Controles em seus processos, observada a aderência com a arquitetura de processos vigente, visando à atualização, monitoramento e mitigação de seus riscos operacionais e aperfeiçoamento de seus controles. O trabalho é dividido em duas etapas, sendo a primeira de coleta e a segunda de tabulação dos dados, análise, construção de matrizes e rankings.

A metodologia empregada revela quais processos apresentam riscos não mitigados e/ou perdas operacionais relevantes, por meio dos indicadores de Perdas Efetivas (IPE) e de Risco Residual (IRR). O resultado da supracitada metodologia apresenta, ainda, a Matriz de Resposta ao Risco, na qual é demonstrada, para cada processo, a melhor ação para a mitigação adequada do risco: reduzir, evitar, aceitar ou compartilhar.

Sobre a qualificação de perdas operacionais, os eventos são importados diretamente dos balancetes mensais da instituição, pré-qualificados nos processos, fatores de risco e categorias de perdas conforme a causa que os resultaram e, por fim, postos à disposição das unidades gestoras de processos, que analisam a necessidade de criação de ações mitigadoras para evitar

ocorrências futuras. Importante salientar que os processos já dispõem de pontos de controle estabelecidos com o objetivo de permitir intervenção gerencial antes da materialização do risco em perda efetiva. Relatório com informações gerenciais sobre as perdas operacionais verificadas é enviado à alta administração e auditoria após a conclusão da qualificação.

Para a mensuração do cálculo da parcela de Alocação de Capital para o Risco Operacional, o Banco utiliza a metodologia de abordagem básica (BIA), do CMN/BACEN, a qual considera aplicação de fator de ponderação de risco de 15% (quinze por cento) sobre os saldos das contas de despesas e receitas na moeda nacional dos últimos 03 (três) anos. Este cálculo é apurado mensalmente pela Instituição e seu resultado é apresentado no tópico 8.2 Patrimônio de Referência deste relatório.

No tocante ao monitoramento das ações mitigadoras dos riscos existentes nos processos da instituição, destaca-se o relatório “Plano de Providências”, cuja sistematização de acompanhamento trimestral ocorre desde 2010. O referido documento é submetido ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e à Diretoria de Controle e Risco, bem como encaminhado ao Comitê de Auditoria.

6 Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e ou de elevação do valor econômico dos passivos resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

No Banco do Nordeste, a gestão dos riscos de mercado abrange os segmentos abaixo indicados, inclusive os seus derivativos:

- a) **Risco de Taxa de Juros:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nas taxas de juros;
- b) **Risco de Taxas de Câmbio:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nas taxas de câmbio;

- c) **Risco de Preços de *Commodities*:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nos preços das *commodities*;
- d) **Risco de Preços de Ações:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nos preços das ações.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) VaR (*valueatrisk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- b) Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) Relatório de exposição cambial;
- d) Análise de sensibilidade;
- e) Testes de estresse;
- f) Testes de aderência (*backtesting*);
- g) Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

O Banco do Nordeste realiza, mensalmente, duas modalidades de testes de estresse, em conformidade com a Circular nº 3.365/2007, do BACEN, com os objetivos abaixo, cujos resultados são submetidos à apreciação do Comitê de Gestão de Riscos:

- a) Estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o período de manutenção (*holding period*) de um ano e o período de observação de cinco anos;
- b) Estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária

correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais periódicos, destinados à superior administração do Banco e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das Carteiras de Negociação e Bancária, níveis de exposição cambial e níveis e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos a seguir:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none">• Carteira de Negociação – Taxa de Juros: 1% do valor do Patrimônio de Referência (PR)	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emite um alerta ao Ambiente de Operações Financeiras.
<ul style="list-style-type: none">• Carteira Bancária: 5% do valor do PR	Caso o nível de exposição extrapole o limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emite uma comunicação ao Comitê de Gestão de Riscos.
<ul style="list-style-type: none">• Risco Cambial: 5% do valor do PR	

6.1 Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações do Banco do Nordeste são classificadas em duas carteiras: Carteira de Negociação e Carteira Bancária.

Carteira de Negociação (*trading book*) - compreende as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, expostas aos riscos de mercado, detidas para negociação ou destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

O Ambiente de Gestão de Riscos do Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:

- a) Operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda;

- b) Títulos e valores mobiliários classificados e contabilizados na categoria títulos para negociação, conforme definido pelo BACEN, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001;
- c) Operações destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita a partir do modelo padrão criado pelo BACEN.

Em 31/12/2016 e 30/09/2016, a Carteira de Negociação do Banco do Nordeste estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado nas tabelas 19 e 20, a seguir. Nas duas posições, essas operações foram realizadas em taxas prefixadas:

Tabela 19 – Carteira de Negociação –

Posição: 31/12/2016 R\$ mil

Ativo (revendas a liquidar)				Passivo (recompras a liquidar)			
Posição Bancada				Carteira Própria			
Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil	Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil
Taxa Prefixada	LFT	02/01/2017	2.440.121	Taxa Prefixada	LFT	02/01/2017	855.632
Taxa Prefixada	LFT	12/01/2017	6.368.400				
Taxa Prefixada	NTNB	12/01/2017	435.155				
TOTAL DO ATIVO			9.243.676	TOTAL DO PASSIVO			855.632
TOTAL DA CARTEIRA (LÍQUIDA)							8.388.044

Tabela 20 – Carteira de Negociação –

Posição: 30/09/2016 R\$ mil

Ativo (revendas a liquidar)				Passivo (recompras a liquidar)			
Posição Bancada				Carteira Própria			
Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil	Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil
Taxa Prefixada	LTN	03/10/2016	332.003	Taxa Prefixada	LFT	03/10/2016	777.249
Taxa Prefixada	NTNB	03/10/2016	70.000				
Taxa Prefixada	LFT	03/10/2016	559.996				
Taxa Prefixada	LFT	20/10/2016	4.981.310				
TOTAL DO ATIVO			7.885.333	TOTAL DO PASSIVO			777.249
TOTAL DA CARTEIRA (LÍQUIDA)							7.108.084

Comparativamente ao saldo líquido registrado em 30.09.2016 (R\$ 7.108.084 mil), o saldo líquido da Carteira de Negociação na posição de 31.12.2016 (R\$ 8.388.044 mil) experimentou um acréscimo de 18,01%, o que configura uma oscilação compatível com a composição da referida carteira.

Adicionalmente, cabe ressaltar que o perfil da Carteira de Negociação do Banco do Nordeste – majoritariamente formada por operações de curto prazo, lastreadas em títulos públicos

federais - também concorre para que sua exposição ao risco de mercado seja bastante reduzida. Essa baixa exposição ao risco pode ser observada nas posições de 31.12.2016 e 30.09.2016, quando o Valor em Risco (VaR) da carteira correspondia, respectivamente, apenas a 0,046% e 0,090% do valor do Patrimônio de Referência (PR), situando-se bastante aquém do limite de 1% estabelecido na Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Carteira Bancária (*Banking Book*) - formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação e expostas aos riscos de mercado.

A mensuração do risco da Carteira Bancária, relacionada às taxas de juros, aos índices de preços e à variação cambial, obedece aos pressupostos estabelecidos pelo BACEN, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas, no caso do BNB, nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- Valor marcado a mercado;
- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Desvio-padrão dos retornos;
- Período de observação das taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações;
- Ponderação dos valores pela quantidade de dias de cada vértice em relação a 252 dias úteis;
- Nível de confiança de 99%.

A coleta de taxas para o cálculo do VaR é feita com a utilização de informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

Na Tabela 21 são demonstrados os impactos no resultado ou na avaliação do valor da instituição em decorrência de choques compatíveis com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, levando-se em conta período de

manutenção (*holding period*) de um ano e período de observação de cinco anos (teste de estresse), segmentados por fatores de risco, inclusive moedas estrangeiras:

Tabela 21 - Impacto no saldo da Carteira Bancária decorrentes de choques nas taxas de juros

Fator de Risco	Resultados Hipotéticos					
	31.12.2016			30.09.2016		
	Tipo de Risco	RS mil	% PR	Tipo de Risco	RS mil	% PR
PRÉ	Aumento da Taxa Pré	-96.561	1,58	Aumento da Taxa Pré	-82.701	1,74
IGP	Aumento do Cupom	-114.237	1,87	Aumento do Cupom	-132.871	2,80
TR	Aumento do Cupom	-27.921	0,46	Aumento do Cupom	-24.436	0,52
TJLP	Aumento do Cupom	-6.943	0,11	Aumento do Cupom	-1.471	0,03
IPCA	Aumento do Cupom	-571.692	9,37	Aumento do Cupom	-209.394	4,42
DOLAR	Diminuição do Cupom	-6.605	0,11	Diminuição do Cupom	-18.364	0,39
EURO	Aumento do Cupom	-38	0,00	Aumento do Cupom	-18.315	0,39

Considerando-se a pouca representatividade dos casos de liquidação antecipada de operações integrantes da Carteira Bancária, a mensuração do risco de taxa de juros da referida carteira não incorpora essa premissa.

6.2 Derivativos

A utilização de derivativos pelo Banco do Nordeste em operações ativas e passivas dá-se apenas com propósito de proteção de suas posições.

Em 31/12/2016, os saldos de operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria com contraparte central, apresentavam saldo nulo (R\$ 0,00) tanto para a posição comprada como vendida, seja no Brasil ou no exterior.

No mesmo período, o saldo de operações realizadas no exterior com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria sem contraparte, também foi nulo. Já para as operações realizadas no Brasil, verificou-se os seguintes saldos, segmentados por fator de risco de mercado:

Tabela 22 - Operações de Derivativos Realizados no Brasil por Conta Própria sem Contraparte Central

Posição: 31/12/2016

R\$ mil

Fator de risco de mercado	Posição Ativa	Posição Passiva	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
CATEGORIA TAXA DE JUROS	0	0	0	0
CATEGORIA TAXA DE CÂMBIO	995.147	591.659	403.488	0
CATEGORIA PREÇO DE AÇÕES	0	0	0	0
CATEGORIA PREÇO DE MERCADORIAS (COMMODITIES)	0	0	0	0

6.3 Operações com Ativos Financeiros

O Banco do Nordeste realiza operações de aquisições, venda ou transferência de ativos financeiros, norteado por sua Política de Gestão de Recursos de Tesouraria. A atuação da tesouraria do Banco do Nordeste é uma atividade complementar aos seus demais negócios e, dessa forma, age em respeito à legislação e aos normativos internos vigentes buscando, dentro dos limites estabelecidos e das suas atribuições, assumir posições que permitam ao Banco incorrer em melhores receitas vis a vis os riscos assumidos. Atua de forma a respeitar sua política de gestão de riscos, observando os limites de exposição de mercado, cambial e de liquidez. Tem por princípios básicos o cumprimento dos aspectos legais, a boa governança corporativa, resguardando o Banco contra riscos em grau desproporcional aos ganhos e vantagens advindas, a compatibilidade das condições negociadas nas operações ativas com as operações passivas para evitar descasamentos, a desconcentração, o uso de operações de derivativos restrito a proteção de suas carteiras contra variações de mercado, a segregação das atividades e a qualificação técnica de seus profissionais compatível com as atribuições.

Sua estratégia de atuação busca o gerenciamento dos recursos de tesouraria atuando de forma a mitigar os riscos, sendo a definição sobre a aquisição, venda ou permuta de títulos sempre deliberada por colegiado.

A posição das exposições adquiridas está zerada desde agosto de 2014, quando houve recebimento antecipado de saldo remanescente de operações, e considerando que nenhuma operação dessa natureza foi realizada desde então

7 Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- a) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- b) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A gestão do risco de liquidez é efetivada a partir do monitoramento diário das disponibilidades e do fluxo de caixa da instituição, utilizando-se como parâmetros os limites e cenários estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias/instrumentos abaixo, que são revistos e reavaliados periodicamente:

- Geração do fluxo de caixa, diariamente;
- Cálculo do Nível de Cobertura do Risco de Liquidez (NCRL);
- Realização de teste de aderência do fluxo de caixa;
- Acompanhamento dos descasamentos de prazos e indexadores entre operações ativas e passivas.

A exposição ao risco de liquidez é mensurada pelo Nível de Cobertura para o Risco de Liquidez (NCRL), calculado para diferentes horizontes de tempo, correspondente à razão entre as disponibilidades do dia e o volume de obrigações vincendas no período analisado. As condições de liquidez são avaliadas levando-se em conta impactos nos fluxos de caixa decorrentes de cenários alternativos e os respectivos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos para o nível de cobertura do risco. Para cada horizonte temporal, o NCRL é calculado levando-se em conta os cenários a seguir:

- Cenário Tendencial: definido para análise da capacidade de pagamento das obrigações previstas, considera os recebimentos previstos e as disponibilidades de caixa, admitindo-se parâmetros de estabilidade econômico-financeira interna e externa ao Banco.
- Cenário Medianamente Conservador: definido para análise da capacidade de pagamento das obrigações previstas, considera apenas parte dos recebimentos previstos e as disponibilidades de caixa, admitindo-se parâmetros de instabilidade econômico-financeira interna e externa ao Banco.
- Cenário Conservador: definido para análise da capacidade de pagamento das obrigações previstas, utiliza as disponibilidades de caixa, desconsiderando-se

completamente os recebimentos previstos, admitindo-se parâmetros de estresse econômico-financeiro interno e externo ao Banco.

As informações relativas ao Nível de Cobertura do Risco de Liquidez (NCRL) são comunicadas à Superior Administração por meio de relatórios diários e trimestrais.

8 Gerenciamento de Capital

De acordo com a determinação do Conselho Monetário Nacional, por meio de sua Resolução nº 3.988/11, o Banco do Nordeste implantou no segundo semestre do ano de 2012 sua Estrutura de Gerenciamento de Capital, aprovada pela Diretoria em 28/11/11 e pelo Conselho de Administração em 02/12/11.

A Diretoria de Controle e Riscos é a responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido criada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN. A estruturação implantada é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com o dimensionamento adequado de sua exposição a riscos.

Durante o ano de 2013, foi promovido um processo de reestruturação das unidades administrativas, onde a estrutura de gerenciamento de capital foi convalidada, conforme Resolução da Diretoria nº RD/5449, de 16 de maio de 2013.

O primeiro Plano de Capital do Banco do Nordeste foi elaborado ao final do ano de 2012, em consonância com o Planejamento Estratégico vigente à época. A partir de então, são realizadas revisões anuais do Plano de Capital, sempre para o horizonte de três anos. Tendo em vista o transcorrer de mais um período e cumprindo também as atribuições da Estrutura de Capital, ao final do ano de 2016, foi realizada uma revisão de tal documento, sendo elaborado o Plano de Capital para 2017 a 2019.

Importante ressaltar que essa revisão inclui melhorias no sentido de tornar mais rigorosos os testes de estresse, notadamente no que se refere ao aperfeiçoamento dos cenários definidos para a análise de sensibilidade e levando-se em consideração, também, resultados decorrentes de um cenário de provisão de crédito em volumes mais elevados.

O Plano de Capital do Banco do Nordeste para o período de 2017 a 2019 guarda conformidade com o Planejamento Estratégico para o período de 2017 a 2021, especialmente

no que diz respeito às decisões e informações que tem impacto no capital e nos resultados futuros. Desta forma, de acordo com o disposto no artigo 5º da Resolução 3.988/11, na construção do plano de capital considerou-se:

- As ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e dos negócios do Banco do Nordeste;
- Os cenários de indicadores econômico-financeiros, conforme estudo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE);
- As metas de negócios;
- A política de distribuição de resultados.
- Principais Fontes de Capital do Banco;
- As projeções de valores patrimoniais (ativos e passivos) e de resultados (receitas e despesas).
- Projeções de necessidade de Capital;
- Plano de Contingência de Capital;
- Governança e Transparência.

Com base nesses pressupostos e a partir das projeções de resultados, foi estimada a situação futura do capital frente às exposições a risco projetadas, comparando-se com os requerimentos mínimos de capital exigidos pela nova regulamentação do Acordo de Basileia III. A partir dessas projeções, a situação da adequação de capital é simulada e monitorada com vistas ao cumprimento das exigências legais, bem como sua aderência às políticas internas desta instituição. O documento específico de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital pode ser encontrado no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Nos tópicos seguintes pode-se verificar a situação atual do Banco do Nordeste no que se refere aos requerimentos mínimos de capital, ao Patrimônio de Referência (PR) e aos ativos ponderados pelo risco (RWA).

8.1 Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O BACEN divulgou, a partir de março/2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro/2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- a. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- b. Apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- c. Revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- 4,5% para o Capital Principal que é composto principalmente pelo Capital Social, por ações, quotas, reservas e lucros retidos e instrumentos de dívida que atendam às exigências constantes do Art. 16 da Res. 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- 6% para o Nível I (até dezembro/2014 era de 5,5%) que consiste na soma do Capital Principal e do Capital Complementar, sendo este composto de instrumentos de dívida que cumpram os requisitos estabelecidos no Art. 17 da Res. 4.192/13 do CMN; e
- 8% para o total do PR que é o somatório do PR Nível I e Nível II formado, basicamente, por instrumentos de dívida que estejam em consonância com o disposto no Art. 20 da Res. 4.192/13 do CMN.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, foi criada uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal (ACP). Em 29 de outubro de 2015,

o CMN publicou a Resolução 4.443 alterando a Res. 4.193/13 no que se refere à composição do Adicional de Capital Principal (ACP) que passou a ser o resultado da soma das seguintes parcelas:

- ACP_{Conservação}: corresponde ao Adicional de Conservação de Capital Principal;
- ACP_{Contracíclico}: corresponde ao Adicional Contracíclico de Capital Principal; e
- ACP_{Sistêmico}: corresponde ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal;

A implantação das novas exigências de capital ocorrerá de forma gradual, de acordo com o cronograma da tabela 23, adiante.

Tabela 23 – Cronograma de Implantação dos Requerimentos Mínimos de Capital

IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS REQUERIMENTOS DE CAPITAL							
Exigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	5,50%	5,5%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Patrimônio de Referência	11,00%	11,00%	11,00%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
IMPLANTAÇÃO DO ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL							
Exigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ACP _{Conservação}	0,0%	0,0%	0,0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
ACP _{Contracíclico}	0,0%	0,0%	0,0%	até 0,625%	até 1,25%	até 1,875%	até 2,5%
ACP _{Sistêmico}	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	até 0,5%	até 1,0%	até 2,0%

8.2 Patrimônio de Referência (PR)

É a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Nos termos da Resolução do CMN nº 4.192, de 01/03/2013, o Patrimônio de Referência (PR) consiste no somatório das suas duas partes denominadas Nível I (constituído pelo Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II.

8.3 Requerimentos Mínimos de Capital

As Instituições e Conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter, permanentemente, montantes de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Res. 4.193, de 01/03/2013, do CMN, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal instituído por essa mesma Resolução.

Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos e do Adicional de Capital Principal mencionados, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- a) RWACPAD (antiga PEPR), relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- b) RWAJUR1 (antiga PJUR1), relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- c) RWAJUR2 (antiga PJUR2), relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- d) RWAJUR3 (antiga PJUR3), relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- e) RWAJUR4 (antiga PJUR4), relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- f) RWAACS (antiga PACS), relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- g) RWACOM (antiga PCOM), relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada; e
- h) RWACAM (antiga PCAM), relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- i) RWAOPAD (antiga POPR) parcela de alocação de capital para fazer face às exposições do risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência, de acordo com a Res. CMN 4.193/13 passou a ser de 9,875% a partir de janeiro de 2016 (11% até dezembro/2015). A partir desse mês passou a vigorar, também, a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP).

A situação do Banco do Nordeste com relação ao cumprimento dos requerimentos mínimos de capital pode ser apreciada nas tabelas 24 e 25 seguintes.

Tabela 24 – Requerimentos Mínimos de Capital

Nome do Item	30.09.2016	31.12.2016	(%) variação Trimestral
Patrimônio de Referência (PR)	4.739.928	6.099.931	28,7%
. Nível I	2.836.692	4.109.061	44,9%
. Capital Principal	2.836.692	4.109.061	44,9%
. Capital Complementar	-	-	-
. Nível II	1.903.236	1.990.870	4,6%
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	37.226.020	38.048.564	2,2%
. Parcela RWA _{CPAD}	29.703.759	30.634.885	3,1%
. Parcela RWA _{MPAD}	429.557	320.975	-25,3%
. RWA _{ACS}	-	-	-
. RWA _{CAM}	363.248	257.977	-29,0%
. RWA _{COM}	6.208	5.843	-5,9%
. RWA _{JUR}	60.101	57.155	-4,9%
. Parcela RWA _{OPAD}	7.092.704	7.092.704	0,0%
Valor do RBAN	1.615.511	2.624.533	62,5%
Margem de PR Requerido (PR - RWA * 9,875%)	1.063.859	2.342.635	120,2%
9,875%}	904.327	2.083.463	130,4%
Margem de PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	603.131	1.826.147	202,8%
Margem de Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	1.161.521	2.396.876	106,4%
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 0,625%)	232.663	237.804	2,2%
Margem de Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	370.468	1.588.344	328,7%
Índices de Basileia:			
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,62%	10,80%	-
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	7,62%	10,80%	-
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo a partir de jan/2015 de 9,875%)	12,73%	16,03%	-
. Índice de Basileia incluindo RBAN	12,20%	15,00%	-

Tabela 25 – Apuração do Adicional de Capital Principal

Nome do Item	30.09.2016	31.12.2016	Detalhe ACP Contracíclico			
			RWA _{acprBi}	ACCPi	PAÍS	
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	37.226.021	38.048.564				
Adicional de Capital Principal Requerido (ACP)	232.663	237.804	30.09.2016	31.12.2016		
Adicional de Conservação (0,625%)	232.663	237.804				
Adicional Contracíclico (0%)	0	0	28.198.877	29.148.567	0%	Brasil
Adicional de Importância Sistêmica (0%)	0	0				

ACCPi Brasil divulgado na Circ. BACEN 3.769/15.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois foi substituído por um contrato de novação e confissão de dívida, firmado, também, junto à União Federal. Em 21.12.2016, o BACEN considerou este novo contrato elegível a PR de Nível I, na condição de Capital Principal, e autorizou a sua inclusão no Patrimônio de Referência (PR) do Banco do Nordeste.

As exposições ao risco de crédito, a que se refere o subitem “a” do item “8.3”, apresentaram a seguinte distribuição por Fator de Ponderação de Risco (FPR), aplicando-se as normas divulgadas na Circ. 3.644/2013, do BACEN, para a utilização da abordagem padronizada.

Tabela 26 – Parcela RWACPAD Segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR)

Fatores de Ponderação de Exposições	R\$ mil		
	30.09.2016	31.12.2016	(%) Variação Trimestral
. 2%	8	1	(87,5%)
. 20%	53.451	54.666	2,3%
. 50%	1.445.940	1.440.707	(0,4%)
. 75%	5.922.667	6.030.715	1,8%
. 85%	4.000.830	4.922.484	23,0%
. 100%	17.234.167	16.794.161	(2,6%)
. 250%	750.037	1.086.099	44,8%
. 909,09%	296.659	306.052	3,2%
Valor da Parcela RWACPAD	29.703.759	30.634.885	3,1%

É oportuno observar, a propósito das informações acima, que as metodologias utilizadas para a definição e cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA), e para a apuração do Patrimônio de Referência (PR), seguem rigorosamente os normativos do BACEN que tratam dessas matérias, por se afigurarem suficientes e adequados para contemplar os diversos tipos de risco a que o Banco do Nordeste está sujeito.

9 Razão de Alavancagem

Como parte da implantação das regras do Basileia III, o Banco Central publicou, em 27 de fevereiro de 2015, a Circular 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Res. 4.192/13 do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do art. 2º da citada Circular. Na posição de 31.12.2016, a Razão de Alavancagem do Banco do Nordeste ficou em 6,03% e o detalhamento do cálculo pode ser visto no quadro a seguir:

Tabela 27 - Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem

Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem		
	Item	Valor (R\$ mil)
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	36.209.934
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-253.435
3	Total das exposições contabilizadas no BP	35.956.499
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	403.488
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	28.931
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
7	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	432.419
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	9.244.654
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	970.068
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	10.214.722
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	21.639.573
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-60.383
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	21.579.190
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	4.109.060
21	Exposição Total (3 + 11 + 16 + 19)	68.182.830
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	6,03

A mesma Circular do BACEN, citada no parágrafo anterior, que instituiu a Razão de Alavancagem (RA), prevê que se faça um comparativo da exposição total considerada no cálculo desse índice com as demonstrações financeiras publicadas. Na tabela seguinte, é possível visualizar a formação da Exposição Total para a RA em relação às referidas demonstrações:

Tabela 28 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem		
	Item	Valor (R\$ mil)
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	46.321.128
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	-
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-
4	Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	28.931
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	-
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	21.579.190
7	Outros ajustes	253.581
8	Exposição Total	68.182.830

Os contratos a que se referem os Anexos 1 e 2, previstos na Circular 3.678 que regula o presente relatório, estão disponíveis no portal www.bnb.gov.br, no link Acesso a Informações.
